

Re: RES: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

De : Fernanda Assis <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br> seg., 29 de dez. de 2025 09:30

Assunto : Re: RES: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

Para : Lislie Pipino Rodrigues <lrodrigues@inpao.com.br>

Cc : Amanda Carvalho Da Silva <amsilva6@inpao.com.br>, Carla Suave <carla.suave@ceturb.es.gov.br>, Rosana Mattos <rosana.mattos@ceturb.es.gov.br>, admlicita <admlicita@inpao.com.br>, Luciana Cristina Da Silva <lusilva3@careplus.com.br>, Monica Stelzer Castro <mcastro@inpao.com.br>, Miriam Serafim de Souza Reis <mireis@inpao.com.br>

À Inpao Dental part of Care Plus,

Prezados bom dia,

Em atenção ao pedido reiterado de esclarecimento apresentado, referente ao critério, índice e data-base para aplicação do reajuste contratual no âmbito do Pregão Eletrônico nº 16/2025, a Pregoeira, no exercício de suas atribuições legais, após reanálise da matéria à luz da legislação aplicável e dos instrumentos que regem o certame, manifesta-se nos seguintes termos:

O objeto da contratação — prestação de serviços de assistência à saúde odontológica — observa, no que couber, a legislação setorial aplicável, notadamente a Lei nº 9.656/1998 e as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais estabelecem critérios mínimos, garantias e padrões regulatórios para a adequada execução dos serviços ofertados aos beneficiários.

Todavia, o fato de o objeto contratual sujeitar-se a normas técnicas e regulatórias específicas não implica a submissão integral do contrato administrativo ao regime jurídico dos contratos privados firmados no mercado de saúde suplementar. As cláusulas econômico-financeiras do ajuste, em especial aquelas relativas a índice e data-base de reajuste, permanecem regidas pelo regime jurídico-administrativo próprio das contratações públicas, nos termos da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CETURB/ES – RILC, bem como pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Nesse contexto, o Edital e a minuta de contrato estabeleceram, de forma clara, objetiva e previamente conhecida por todos os licitantes, que o reajuste contratual será aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, adotando-se como índice o INPC/IBGE. Tal definição decorre do planejamento da contratação, encontra amparo na legislação aplicável às empresas estatais e não afronta quaisquer normas legais ou constitucionais.

As Resoluções Normativas da ANS, inclusive a RN nº 565/2022 (ou norma superveniente), disciplinam o reajuste de planos odontológicos coletivos empresariais no âmbito de relações privadas, não possuindo caráter vinculante para impor à Administração Pública a adoção de índice setorial específico ou a fixação da data-base de

reajuste na assinatura do contrato, salvo quando expressamente previsto no edital, o que não se verifica no presente certame.

Ressalte-se, ainda, que não há violação ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que todos os licitantes formulam suas propostas com pleno conhecimento das regras editalícias, em condições de absoluta isonomia, sendo legítimo que a Administração fixe previamente a data-base e o índice de reajuste, conforme entendimento consolidado na jurisprudência dos órgãos de controle.

Por fim, esclarece-se que eventual alteração do índice ou da data-base de reajuste configuraria modificação substancial das condições originalmente estabelecidas no instrumento convocatório, providência incompatível com a fase procedimental em curso e inadmissível em sede de pedido de esclarecimento, inexistindo vício de legalidade ou interesse público superveniente que a justifique.

Dessa forma, permanecem integralmente mantidas as disposições do Edital e da minuta contratual quanto ao critério, índice e data-base de reajuste, não havendo qualquer ajuste a ser promovido.

Considera-se, assim, suficientemente esclarecida a matéria, devendo todos os licitantes observar, de forma estrita, as regras do certame para formulação de suas propostas.

Atenciosamente,

Fernanda de Assis Rezende
Pregoeira
CETURB/ES

De: "Lislie Pipino Rodrigues" <lrodrigues@inpao.com.br>

Para: "Fernanda Assis" <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>, "Amanda Carvalho Da Silva" <amsilva6@inpao.com.br>, "Carla Suave" <carla.suave@ceturb.es.gov.br>, "Rosana Mattos" <rosana.mattos@ceturb.es.gov.br>

Cc: "admlicita" <admlicita@inpao.com.br>, "Luciana Cristina Da Silva" <lusilva3@careplus.com.br>, "Monica Stelzer Castro" <mcastro@inpao.com.br>, "Miriam Serafim de Souza Reis" <mireis@inpao.com.br>

Enviadas: Terça-feira, 23 de dezembro de 2025 18:22:30

Assunto: RES: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

Boa Tarde, [@Fernanda Assis](#) , tudo bem?

Considerando que a Operadora está sujeita à **Lei nº 9.656/1998** e ao art. 17-A (Lei nº 13.003/2014), bem como à **Resolução Normativa ANS nº 512/2022**, que determina que o reajuste deve ser aplicado **na data de aniversário do contrato**, com base no IPCA acumulado nos 12 meses anteriores (art. 4º, §§ 1º e 2º), gostaríamos de esclarecer:

Seria possível reconsiderar a redação do edital que prevê a aplicação do reajuste após 12 meses contados da data de apresentação da proposta comercial, e não da data de início da vigência do contrato?

Nosso entendimento é que essa exigência contraria a legislação e as normas da ANS, podendo expor as operadoras a penalidades regulatórias. A aplicação do reajuste a partir da proposta, e não do contrato, cria uma divergência com o conceito de "data de aniversário contratual" previsto na RN 512/2022.

Diante disso, **poderia o órgão avaliar a possibilidade de ajustar a data-base para o início da vigência do contrato**, garantindo conformidade com a Lei e evitando riscos tanto para as operadoras quanto para a CETURB/ES, sem prejuízo financeiro para o órgão?

Permaneço à disposição para esclarecimentos adicionais.

Abs.

Lislie Rodrigues, Gerente de Licitações

Inpao Dental part of Care Plus, Av. Vereador José Diniz, 3300, 18º andar - Campo Belo, São Paulo - SP, 04604-006

T 55 11 5094-4040 **R** 4051 **C** 97448- 8847 **E** lrodrigues@inpao.com.br **W** www.inpao.com.br

Legal Notice: Esta mensagem pode conter informações confidenciais, privilegiadas e legalmente protegidas. Caso recebida por engano e se você não é o destinatário deste e-mail, não está autorizado a usar ou divulgar a totalidade ou parte das informações contidas nesta comunicação ou dos documentos a ela anexados. Por isso, se você recebeu esta comunicação por engano, solicitamos que você nos notifique por e-mail ou telefone e exclua imediatamente a mensagem original do seu sistema de correio.

Classificação da Informação: Interno

De: Fernanda Assis <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 19 de dezembro de 2025 12:05

Para: Amanda Carvalho Da Silva <amsilva6@inpao.com.br>

Cc: admlicita <admlicita@inpao.com.br>; Rosana Mattos <rosana.mattos@ceturb.es.gov.br>; Carla Suave <carla.suave@ceturb.es.gov.br>

Assunto: Re: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

À INPAO,

Boa tarde,

Em atenção ao novo questionamento apresentado, referente à data-base para aplicação do reajuste contratual, a CETURB/ES esclarece o que segue:

O critério e a data de aplicação do reajuste contratual encontram-se expressamente definidos no Edital e na minuta de contrato, os quais estabelecem que o reajuste será aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, com base no INPC/IBGE.

Nesse sentido, não há previsão de reajuste vinculado à data de assinatura do contrato, tampouco condicionamento à autorização prévia da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, uma vez que tais regras se aplicam aos contratos privados de planos de saúde no mercado regulado, não se confundindo com o reajuste de contratos administrativos firmados por empresa estatal, regidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo RILC da CETURB/ES e pelos princípios da Administração Pública.

Dessa forma:

Não haverá alteração no edital para adequação da data de reajuste às normas da ANS;

Não há cronograma diverso daquele já previsto no instrumento convocatório, permanecendo válida a regra de reajuste após 12 (doze) meses contados da data da proposta ou do último reajuste, conforme estabelecido na minuta contratual.

Ressalta-se que eventuais alterações nas condições originalmente previstas configurariam modificação do edital, o que não se admite em sede de pedido de

esclarecimento, devendo todos os licitantes observar integralmente as regras editalícias para formulação de suas propostas.

Permanecemos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,
A Pregoeira
CETURB/ES



De: "Amanda Carvalho Da Silva" <amsilva6@inpao.com.br>

Para: "Fernanda Assis" <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>, "admlicita" <admlicita@inpao.com.br>

Enviadas: Sexta-feira, 19 de dezembro de 2025 7:28:45

Assunto: RE: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

[@Fernanda Assis](#), bom dia! Tudo bem?

Gostaria apenas de reforçar nossa dúvida referente à data do reajuste:

A **ANS determina que o reajuste anual só pode ser aplicado na data de aniversário do contrato**, ou seja, no mês em que este foi assinado, após prévia autorização da agência.

Diante disso, gostaríamos de saber:

- Será feita alguma **alteração no edital** para adequar a data do reajuste conforme exige a norma da ANS?
- Qual será o **cronograma atualizado** para garantir que o reajuste seja aplicado na data correta?

Ficamos à disposição para conversar e esclarecer qualquer ponto.

Agradecemos imensamente pela atenção e aguardamos seu retorno.

Atenciosamente,

Amanda Carvalho, Analista de Licitações

Inpao Dental part of Care Plus, Av. Vereador José Diniz, 3300, 18º andar - Campo Belo, São Paulo - SP, 04604-006

T 55 11 5094-4040 **R** 4052 **E** amsilva6@inpao.com.br **W** www.inpao.com.br

De: Fernanda Assis <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 19 de dezembro de 2025 00:26

Para: Amanda Carvalho Da Silva <amsilva6@inpao.com.br>; admlicita <admlicita@inpao.com.br>

Assunto: [EXTERNO]Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

ATENÇÃO - Este e-mail foi originado de fora da organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

À INPAO,

Prezados,

Segue abaixo a resposta do pedido de esclarecimento com data de 16/12/2025.

Atenciosamente,

A Pregoeira.



De: "Rosana Mattos" <rosana.mattos@ceturb.es.gov.br>

Para: "Fernanda Assis" <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>

Cc: "Carla Suave" <carla.suave@ceturb.es.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 18 de dezembro de 2025 8:19:59

Assunto: Re: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

Prezada Fernanda,

Bom dia!

Em atenção ao pedido de esclarecimento apresentado, referente ao critério de reajuste contratual previsto na **Cláusula Segunda, item 2.4, da minuta de contrato do Pregão Eletrônico nº 16/2025**, a CETURB/ES prestamos os seguintes esclarecimentos:

O instrumento convocatório estabelece, de forma expressa, que o **reajuste contratual será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contados da data de apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, conforme disposto na minuta de contrato integrante do Edital.

O critério de reajuste adotado encontra-se em consonância com o regime jurídico aplicável às contratações da CETURB/ES, nos termos da **Lei nº 13.303/2016**, do **Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC**, e dos princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica**.

Embora o objeto da contratação esteja inserido no âmbito da saúde suplementar e sujeito à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, **o Edital e seus anexos não preveem a aplicação de índice setorial definido pela ANS para fins de reajuste contratual**, tampouco autorizam a adoção de critério diverso daquele expressamente previsto na minuta contratual.

Registra-se que o reajuste contratual previsto no instrumento convocatório tem por finalidade a recomposição inflacionária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, não se confundindo com os mecanismos regulatórios aplicáveis aos reajustes de planos privados de assistência à saúde no mercado em geral.

Dessa forma, **não será admitida a aplicação cumulativa ou substitutiva de índice setorial da ANS**, permanecendo vigente e vinculante o critério de reajuste pelo **INPC/IBGE**, conforme previsto no Edital, na minuta contratual e no Termo de Referência.

Por fim, ressalta-se que a apresentação de proposta implica plena ciência e aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório, cabendo às licitantes formular seus preços em estrita observância às regras editalícias.

Permaneço à disposição!

De: "Fernanda Assis" <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>

Para: "Rosana Mattos" <rosana.mattos@ceturb.es.gov.br>, "Carla Suave" <carla.suave@ceturb.es.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 17 de dezembro de 2025 14:47:17

Assunto: Fwd: ESCLARECIMENTO | PE 16/2025 | CETURB ES

Boa tarde,

Encaminhamos a solicitação de esclarecimento abaixo, do Pregão Eletrônico nº 16/2025, para instrução.

Atenciosamente,



De: "Amanda Carvalho Da Silva" <amsilva6@inpao.com.br>

Para: "Fernanda Assis" <fernanda.assis@ceturb.es.gov.br>

Cc: "admlicita" <admlicita@inpao.com.br>

Enviadas: Terça-feira, 16 de dezembro de 2025 14:05:43

Assunto: ESCLARECIMENTO | PE 16/2023 | CETURB ES

[@Fernanda Assis](#), boa tarde! Tudo bem?

À

Equipe de Licitações

**da COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CETURB/ES**

Assunto: Solicitação de Esclarecimentos

Pregão Eletrônico: 16/2025

Data: 07/01/2026

Prezados,

Em análise ao **PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DOS EMPREGADOS DO QUADRO DE PESSOAL DA COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CETURB/ES, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES E AGREGADOS, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 1º DA LEI Nº 9.656/1998, COM A REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.177-44/2001, VISANDO O CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2026 E SEUS ADITIVOS, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS, POR MEIO DA OFERTA DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I, e ainda de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, constantes do Processo nº 2025-BSH0T**, gostaríamos de solicitar os seguintes esclarecimentos para melhor embasar nossa proposta:

1. vimos solicitar esclarecimento quanto ao critério de **reajuste contratual** previsto na **Cláusula Segunda – item 2.4 da minuta de contrato**, que estabelece:

“O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias calculadas pelo INPC-IBGE, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta comercial ou do último reajuste.”

Considerando que o objeto do contrato é a **prestação de serviços de assistência à saúde odontológica**, regulada pela **Lei nº 9.656/1998** e pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, solicitamos confirmar que:

Além do INPC, será admitida a aplicação do **índice setorial definido pela ANS**, conforme previsto na **Resolução Normativa nº 565/2022** (ou norma superveniente), que regulamenta o **reajuste anual dos planos odontológicos coletivos empresariais, calculado com base na data de assinatura do contrato**, garantindo equilíbrio econômico-financeiro e alinhamento às práticas regulatórias do setor.

Nosso objetivo é assegurar que o contrato reflita as condições regulatórias aplicáveis ao setor de saúde suplementar, evitando distorções que possam comprometer a execução do objeto.

Aguardamos retorno para adequado alinhamento.

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Amanda Carvalho, Analista de Licitações

Inpao Dental part of Care Plus, Av. Vereador José Diniz, 3300, 18º andar - Campo Belo, São Paulo - SP, 04604-006

T 55 11 5094-4040 **R** 4052 **E** amsilva6@inpao.com.br **W** www.inpao.com.br

Classificação da Informação: Interno

--

Atenciosamente,





INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/01/2026 07:11:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FERNANDA DE ASSIS REZENDE (PREGOEIRO(A) (PREGÃO) - DP - CETURB - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-Q720G6>